

# A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL E O MERCADO DE TRABALHO NOS ESTADOS UNIDOS: LIÇÕES PARA O BRASIL

Joaquim Miguel Couto\*  
José Adalberto Mourão Dantas\*\*  
Carlos Eduardo Freitas\*\*\*

**RESUMO:** A crise financeira internacional de 2008/2009 revelou aos Estados Unidos que sua economia é atualmente incapaz de gerar empregos de qualidade suficientes para sua população economicamente ativa. As teorias de David Ricardo, Karl Marx e J. M. Keynes ajudam a entender o que se passa na principal economia do planeta. Este trabalho aponta que a causa do alto desemprego, além do baixo crescimento da economia e do avanço tecnológico, é o processo de desindustrialização que o país enfrenta desde os anos 1980. A lição para o Brasil, neste momento de perda de competitividade da indústria nacional em relação aos produtos importados, causada principalmente pela valorização cambial, é que a indústria brasileira deve ser protegida da concorrência desleal de outros países, e com isso evitar ou retroceder o processo de desindustrialização.

**Palavras-chave:** Crise financeira; Mercado de trabalho; Desindustrialização; Estados Unidos.

## 1. INTRODUÇÃO

Em meados de setembro de 2008, o quarto maior banco de investimento norte-americano *Lehman Brothers* foi a falência. O fechamento da grande instituição disseminou o pânico no mercado financeiro internacional. Nos meses seguintes, centenas de pequenos bancos fecharam suas portas nos Estados Unidos. Na Europa, outras centenas de bancos entraram pelo mesmo caminho. Seguradoras e empresas hipotecárias também não foram poupadas. Muitos, apressadamente, previam uma crise econômica da mesma magnitude da Grande Depressão dos anos de 1930. Isto não aconteceu.

Os instrumentos anticíclicos, criados e aperfeiçoados ao longo das últimas sete décadas, permitiram aos governos de todo o mundo evitar uma catástrofe daquela magnitude da crise de 1930. No Brasil, por exemplo, os efeitos da Grande Depressão foram estimados numa queda de 4% da renda nacional, entre 1929 e 1931 (MELLO, 1998). Já os efeitos da crise financeira de 2008/2009 reduziram o PIB brasileiro em apenas 0,33% em 2009.

No ano de 2010, os principais países do mundo desenvolvido e em desenvolvimento já estavam novamente em crescimento: os ricos, em crescimento moderado, os emergentes, em ritmo acelerado. O Brasil cresceu 7,5% neste ano de 2010, fato que não ocorria desde 1986.

Apesar do relativo sucesso em evitar uma Grande Depressão, os Estados Unidos estão enfrentando dificuldades em reduzir sua taxa de desemprego. Se, antes da crise, o desemprego estava em torno de 5%, com a crise financeira de 2008/2009 a taxa ultrapassou os 10%. Em outubro de 2011, a taxa continuava acima de 9%. Somente em 2013, a taxa baixou para menos de 8%. Em outubro de 2013, estava em 7,3% da PEA.

As perguntas que surgem são: o que se passa com o emprego nos Estados Unidos? O que sua experiência pode trazer como lição para o Brasil? Estas são as perguntas que este artigo pretende responder. Seu objetivo é buscar entender o atual mundo do trabalho nos Estados Unidos, em que a crise financeira internacional de 2008/2009 ajudou a clarear. Além disso, pretende lançar luz aos erros cometidos pelos Estados Unidos que o Brasil deveria evitar.

\* Doutor em Economia/UNICAMP/Professor Associado/UEM

\*\* Doutor em História Econômica/USP/Professor Titular/UNIFMMA/Professor Aposentado da UEM

\*\*\* Professor Assistente da Universidade Federal do Mato Grosso/UFMT/ Doutorando/PIMES

Para cumprir tal objetivo, dividimos o artigo em cinco partes. Na segunda seção deste artigo, voltamos aos ensinamentos básicos de David Ricardo e Karl Marx sobre o desemprego e o avanço do progresso tecnológico. Na terceira seção, é ressaltada a importância da teoria do emprego formulada por John Maynard Keynes para entender o mundo atual do trabalho. Na quarta seção, analisamos o problema do emprego nos Estados Unidos neste início de século XXI, evidenciado pela crise financeira internacional de 2008/2009. Na quinta seção, é levantada a hipótese do desemprego zero como prioridade de Estado. Na sexta seção, são mostradas as lições do caso norte-americano que o Brasil deveria observar para preservar o desemprego baixo. Por fim, na última seção, apresentamos as conclusões do artigo.

## 2. O DESEMPREGO NA VISÃO DE DAVID RICARDO E KARL MARX<sup>4</sup>

O economista britânico David Ricardo tinha entre suas qualidades morais a busca da verdade, mesmo se estas contrariassem seus interesses particulares ou seus escritos anteriores. Daí o respeito até de seus críticos, como Thomas Malthus e Karl Marx.

De início, quando começou a estudar a Economia Política, Ricardo não acreditava que o avanço da tecnologia pudesse causar um grande desemprego entre a classe trabalhadora. O folheto publicado pelo engenheiro John Barton, em 1817, dizia que o emprego da maquinaria era um fator de redução da demanda por trabalho, causando desemprego. Ricardo escreveu para Barton contestando sua afirmação, mesmo diante das evidências que representava o movimento *luddita* daquela segunda década do século XIX (SRAFFA, 1982).

Alguns anos depois, em janeiro de 1820, John Ramsay McCulloch, pertencente ao círculo de amigos de Ricardo, publicou um artigo na *Edimburg Review* no qual fazia uma resenha do folheto de Barton de 1817. Intitulado “Impostos e as leis dos cereais”, o artigo de McCulloch concordava com Barton sobre os malefícios da máquina ao trabalhador. Ao ler o artigo, Ricardo não ficou em silêncio. Escreveu a McCulloch, em março de 1820, contestando sua opinião. Dizia Ricardo “(...) que o emprego da maquinaria nunca reduz a demanda de trabalho (...) nunca é a causa de uma queda do preço do trabalho, mas o efeito de sua elevação” (RICARDO apud SRAFFA, 1982, p.32).

As idéias de Ricardo sobre o desemprego provocado pela tecnologia começou a mudar ainda em 1820, quando estava escrevendo as *Notas sobre os Princípios* de Malthus. Percebia ali que a introdução de máquinas modernas poderia levar os trabalhadores ao desemprego (RICARDO, 1983).

A explicação teórica de Ricardo sobre sua mudança de opinião vieram a luz quando da publicação da terceira edição de seus *Princípios*, em 1821. Dizia, agora, que estava “(...) convencido de que a substituição de trabalho humano por maquinaria é freqüentemente muito prejudicial aos interesses da classe dos trabalhadores” (RICARDO, 1982, p.262). A maquinaria aperfeiçoada podia ao mesmo tempo aumentar a produção do país e diminuir a quantidade de trabalho utilizada na mesma. Em seguida, Ricardo enxergava o infortúnio que as máquinas modernas causariam na classe trabalhadora: “(...) ocorrerá necessariamente uma redução da demanda de trabalhadores; uma parte da população tornar-se-á excessiva e a situação da classe trabalhadora será de grande sofrimento e pobreza” (Ibid., p.263).

Para Ricardo, a nova maquinaria causaria desemprego tanto na produção agrícola quanto na produção manufatureira. E mais, ao diminuir a demanda por trabalhadores, também se reduziria, em parte, a produção de mercadorias consumidas pelos trabalhadores, ocasionando uma nova redução na demanda por trabalho. Apoiada nessas observações, Ricardo concluiu que a “(...) opinião defendida pela classe trabalhadora de que o emprego da maquinaria é freqüentemente prejudicial aos seus interesses não emana de preconceitos ou erros, mas está de acordo com os princípios corretos da Economia Política” (Ibid., p.264).

<sup>1</sup> Esta seção está baseada em Ricardo (1982; 1983) e Marx (1984).

Apesar dessas conclusões, Ricardo entendia que novos investimentos em capital fixo poderiam aumentar a demanda de trabalhadores, mas não na mesma magnitude anterior a introdução da maquinaria (Ibid., p.266). Ou seja, um novo investimento produtivo ao utilizar máquinas aperfeiçoadas gerava demanda de trabalhadores, mas numa proporção menor quando comparada as antigas maquinarias. Nesse trecho, Ricardo cita o folheto de Barton de 1817, afirmando que “Sua obra contém muitas informações valiosas” (Ibid., p.266). Embora mal explicada, essa passagem da obra de Ricardo indicava que novos investimentos (por exemplo, uma nova fábrica) poderiam empregar os trabalhadores demitidos pela introdução da nova maquinaria (na antiga fábrica), evitando o fenômeno do desemprego tecnológico.

Mesmo reconhecendo que a maquinaria poderia causar desemprego, Ricardo ponderava que não se deveria deixar de encorajar a utilização da mesma. Era preferível gerar pouco emprego no país, devido a máquina aperfeiçoada, do que exportar esse capital para outra nação (Ibid., p.266/267).

Assim, Ricardo chegou a conclusão de que a introdução de nova maquinaria poderia causar a dispensa de trabalhadores, e que estes poderiam ficar algum tempo desempregados, sofrendo enormemente com isso. Teríamos o que chamamos hoje de “desemprego tecnológico ou estrutural”.

Desta forma, podemos retirar três conclusões do estudo de Ricardo: 1) a introdução de nova maquinaria reduzia a quantidade de mão-de-obra necessária a produção, podendo gerar o fenômeno do desemprego tecnológico; 2) dependendo do volume de novos investimentos, os demitidos pela introdução da maquinaria poderiam encontrar emprego em outras empresas, não ocorrendo desemprego; 3) a introdução de nova maquinaria nunca deveria deixar de ser incentivada ou proibida, pois o capitalista poderia transferir seus investimentos para outra nação, não gerando nenhum trabalho no país que proibiu seu emprego. É importante reforçar este ponto, sob o olhar do emprego: evitar que industriais deixassem o país.

Karl Marx chegou a conclusões próximas a de Ricardo, vivendo num período em que o capitalismo industrial inglês já estava bem mais avançado (década de 1860). O economista alemão, desde o início, admitiu que a maquinaria poupava trabalho e era, portanto, prejudicial a classe trabalhadora. No entanto, tinha a idéia de que a maquinaria não era em si culpada pela desgraça dos trabalhadores, mas sim o seu aproveitamento pelo sistema capitalista (MARX, 1984).

Demonstrou Marx, com base em dados de meados do século XIX, que, com a utilização de modernas máquinas, a produção aumentou enquanto se reduziu o número de trabalhadores. E mais, dado que a maquinaria intensificou o trabalho fabril, a jornada de trabalho de 10 horas estava produzindo uma quantidade maior de produtos do que a antiga jornada de trabalho de 12 horas (Ibid., p.38/39). Desta maneira, Marx reconheceu que a “(...) maquinaria é o meio mais poderoso de elevar a produtividade do trabalho” (Ibid., p.28).

Em seguida, o economista alemão afirmou que somente com a introdução da maquinaria o trabalhador revoltou-se contra o próprio meio de produção. Na Inglaterra, no início do século XIX, o emprego do tear a vapor levou ao conhecido movimento *luddita*. No entanto, Marx deixava claro que a revolta do trabalhador contra a máquina era errada. Sua revolta deveria ser dirigida ao modo de produção capitalista e não à máquina, que poupava e facilitava o trabalho do ser humano, sendo “(...) uma vitória do homem sobre a força da natureza” (Ibid., p.56).

Logo depois, Marx criticou a “teoria da compensação”, ideia desenvolvida por economistas ingleses do início do século XIX. Tal teoria dizia que embora a maquinaria deslocasse trabalhadores, estes eram novamente empregados pelo mesmo capital, que seria poupado pela introdução da maquinaria. Marx não concordava com esta liberação de capital para contratar os trabalhadores desempregados. Dizia que não há uma liberação de capital, mas sim uma transformação do capital variável (mão-de-obra) em capital constante (máquina). A cada aperfeiçoamento da maquinaria ocupavam-se menos trabalhadores: “Um dos grandes méritos de Ricardo é ter entendido a maquinaria não só como um meio de produção de mercadorias, mas também de *redundant population* [população excedente]” (Ibid., p.32).

Apesar destas constatações sobre os malefícios da maquinaria, Marx admitiu que o trabalhador demitido pela introdução da maquinaria poderia encontrar uma nova ocupação. Mas isso só ocorreria mediante o investimento de um novo capital, e não pelo mesmo capital que foi empregado na compra da maquinaria, conforme afirmavam os economistas ingleses da “teoria da compensação”.

Marx entendia que a ocupação poderia aumentar com os novos investimentos. Contudo, estes novos investimentos, por conterem maquinaria aperfeiçoada, geravam um número menor de postos de trabalho do que antes (conclusão igual a de Ricardo). Constatou também que o barateamento dos produtos fabricados com novas máquinas permitia conquistar mercados estrangeiros. Além disso, os trabalhadores excedentes, devido ao emprego da maquinaria, acabavam emigrando para países estrangeiros colonizados. Como exemplo, Marx citou o caso dos operários ingleses que foram trabalhar na Austrália produzindo lã para a indústria inglesa (Ibid., p.63).

Podemos concluir, assim, de acordo com as idéias de Marx, que a maquinaria era, em parte, responsável pelo desemprego, mas que novos investimentos poderiam absorver os trabalhadores demitidos. Marx não apontou com clareza, mas demonstrou que sabia que o desemprego dependeria da velocidade de crescimento de quatro variáveis: 1) avanço tecnológico; 2) crescimento populacional; 3) taxa de acumulação de capital (ou novos investimentos); 4) redução da jornada de trabalho.

O avanço tecnológico, representado em novas máquinas, ferramentas e processos de trabalho, diminuía a demanda de trabalhadores. Já o crescimento populacional aumentava a oferta de trabalhadores. Estas duas forças impulsionavam o desemprego. Por outro lado, os novos investimentos e a redução da jornada de trabalho demandavam mais mão-de-obra. Eram duas forças que reduziriam o desemprego. O resultado final destas quatro forças (ou variáveis) sobre o desemprego dependeria de sua velocidade de crescimento. Dado que a taxa de desemprego nos países industriais ocidentais, ao longo do século XIX e XX, nunca chegou a ultrapassar a taxa de pessoas ocupadas, podemos concluir que as duas forças demandantes de mão-de-obra foram maiores que as duas forças que aumentavam os trabalhadores ociosos, embora tenha ocorrido momentos de grande infortúnio para a classe trabalhadora, como foi o período da Grande Depressão dos anos de 1930.

Assim, de acordo com os ensinamentos de Ricardo e Marx, podemos concluir que o avanço tecnológico na produção de bens e serviços pode ocasionar um período de alto desemprego, mantendo-se constante a taxa de novos investimentos, a taxa de crescimento da população e a jornada de trabalho vigente.

Ambos entenderam que a industrialização era benéfica para a sociedade em que ela se inseria. Ricardo buscava evitar que estas industriais deixassem a Inglaterra e Marx afirmou que a introdução de máquinas modernas nas industriais inglesas propiciariam a conquista de mercados externos. O problema para Marx era o tipo de sistema em que a industrialização estava inserida, mas a indústria moderna era boa para a sociedade. Nenhum dos dois economistas eram contrários a industrialização da Inglaterra.

### 3. KEYNES E A NOVA TEORIA DO EMPREGO<sup>5</sup>

O grande desemprego oriundo da depressão dos anos de 1930 motivou o famoso economista britânico John Maynard Keynes a escrever o livro “A teoria geral do emprego, do juro e da moeda”, publicado em 1936. Keynes formulou uma nova teoria do emprego, diferente da teoria vigente até então (em que o volume de emprego era determinado pela oferta e pela demanda de trabalho).

A nova teoria do emprego de Keynes era bem diferente desta versão simplista. Ela apareceu no capítulo 3 da “Teoria Geral”, junto com o conceito de “demanda efetiva”. A demanda efetiva seria o ponto que surgiria do

<sup>2</sup> Esta seção está baseada em Keynes (1985).

cruzamento da curva de oferta agregada com a curva de demanda agregada. A oferta agregada seria a capacidade de produção de um país (ou seja, a soma da capacidade de produção da agropecuária, da indústria e dos serviços). Já a demanda agregada seria a possibilidade de consumo (demanda) do país (ou seja, a soma das possibilidades de consumo das famílias, das empresas, do governo e do exterior).

A demanda efetiva era aquela que realmente se materializava numa quantidade demandada. Nas palavras de Dillard (1989, p.28), “O termo efetivo é também útil para por em relevo a distinção entre o mero desejo de comprar, e o desejo mais a possibilidade de comprar”.

Para Keynes, a demanda efetiva (a quantidade realmente demandada) era o que determinava o volume de emprego, pois o produtor iria produzir a quantidade de mercadorias que teriam probabilidade de serem vendidas. Ou seja, o produtor regularia sua produção de acordo com a demanda existente. Sabendo que determinada produção necessita da contratação de trabalhadores, logo era a demanda efetiva que determinava o volume de emprego: “Assim, o volume de emprego é determinado pelo ponto de intersecção da função de demanda agregada e da função de oferta agregada, pois é neste ponto que as expectativas de lucro dos empresários serão maximizadas”(KEYNES, 1985, p.30). Se existia desemprego era porque a demanda efetiva era insuficiente.

A demanda efetiva (DE) era determinada pela soma do consumo (C) com o investimento (I):  $DE = C + I$ . Como parte da renda não era gasta em consumo, mas poupada, era necessário um novo investimento para manter o mesmo nível de demanda efetiva. Para Keynes, “A chave do nosso problema encontra-se nessa lei psicológica”(Ibid., p.32): quando a renda aumenta, o consumo aumenta, mas não na mesma proporção.<sup>6</sup> Só teríamos o pleno emprego caso o investimento corrente fosse igual ao excesso de oferta da produção resultante do pleno emprego. Keynes acreditava que somente em situações especiais, como uma guerra, o pleno emprego poderia existir.

Considerando o exposto acima, não era, portanto, a oferta e a demanda de mão-de-obra a um salário de equilíbrio que determinava o volume de emprego num país (ou seja, a velha teoria neoclássica), mas sim a produção resultante da demanda efetiva (intersecção das curvas de oferta agregada e da demanda agregada).

A conclusão lógica de Keynes era que o volume de emprego oferecido num país dependia do volume de sua produção (PIB). A produção, por sua vez, dependia da demanda efetiva (composta pela oferta agregada e pela demanda agregada). De acordo com essa teoria, quanto maior fosse a produção da economia maior seria o volume de emprego demandado. Como era a Demanda Efetiva que determinava a produção, caberia ao governo incentivar o aumento do consumo, dos investimentos, dos gastos do governo e das exportações. Porém, caberia principalmente ao investimento, dado seu efeito multiplicador, ser a principal variável para elevar a Demanda Efetiva e, conseqüentemente, o emprego.

As idéias de Ricardo e Marx sobre o desemprego, junto com a teoria do emprego de Keynes, são os instrumentos analíticos que permitem uma compreensão privilegiada sobre a crise financeira internacional e o mercado de trabalho dos Estados Unidos nestes anos recentes de alta do desemprego.

#### 4. A CRISE DO EMPREGO NOS ESTADOS UNIDOS (2008-2013)

A crise econômica de 2008/2009 nos Estados Unidos foi oriunda de uma crise financeira. Envolveu seus bancos de investimentos, suas empresas de hipotecas e seguradoras. A base da crise financeira foi o mercado *subprime* de hipotecas: hipotecas foram contratadas por pessoas com pouca possibilidade de honrar o seu pagamento. Impossibilitados de pagarem a primeira hipoteca, estas pessoas faziam uma segunda hipoteca, e assim iam postergando

<sup>3</sup> Ao longo dos capítulos da “Teoria Geral”, Keynes agregou outras duas variáveis como determinantes da demanda efetiva: os gastos do governo e as exportações. No entanto, Keynes não colocou estas duas variáveis na equação da demanda efetiva. Posteriormente, os seguidores de Keynes as incluíram. Assim, a demanda efetiva (DE) e a demanda agregada (DA) passaram a ter a seguinte equação:  $DE$  (ou  $DA$ ) =  $C + I + G + EL$ , onde “C” era o consumo das famílias, “I” os investimentos, “G” os gastos do governo e “EL” as exportações líquidas de bens e serviços.

o pagamento e aumentando a sua dívida. A contínua valorização dos imóveis facilitava as renegociações das hipotecas. Quando as moradias pararam de se valorizar e, aos poucos, começaram a perder parte de seu valor, as dívidas ficaram impossíveis de serem refinanciadas e deixaram de ser pagas.

Desde o estouro da crise, em 2008, até setembro de 2011, as casas nos Estados Unidos perderam cerca de 40% de seu valor. Com esta queda, 15 milhões de norte-americanos, que hipotecaram suas residências, tinham suas dívidas maiores que os preços de seus imóveis, tornando-se desvantajoso quitar a hipoteca.

Os primeiros sinais da crise do mercado *subprime* ocorreram ainda em 2007. O governo dos Estados Unidos ajudou vários bancos em dificuldades. Porém, em setembro de 2008, as autoridades econômicas resolveram não salvar o banco *Lehman Brothers* da bancarrota. Sua falência, decretada em 15 de setembro, gerou pânico nos mercados financeiros de todo o mundo. Uma crise sistêmica era possível. Diante do caos, o governo norte-americano voltou a socorrer as empresas de seu sistema financeiro.

No entanto, a crise financeira rapidamente contaminou o mundo real, da produção e do emprego. Grandes empresas, como as montadoras de automóveis, também receberam ajuda do governo dos Estados Unidos para não quebrarem.

Mesmo com o apoio do governo, centenas de bancos e empresas foram a falência. Neste momento de pânico, a população reduziu sua demanda de bens e serviços, colaborando para a fragilidade das empresas. Empurradas pela crise, as empresas, por sua vez, aproveitaram o momento para enxugar seus quadros de pessoal. Ou seja, a crise financeira levou as empresas norte-americanas a racionalizar melhor a utilização do trabalho nos seus processos produtivos tanto de bens como de serviços. Foram cortadas todas as “gorduras” possíveis. A crise permitiu que as empresas demitissem parte de seus empregados sem que com isto comprometesse sua imagem pública. Havia um motivo “justificado” para tal medida impopular.

Os reflexos da crise logo foram registrados pelos indicadores econômicos. Em 2008, o PIB norte-americano caiu 0,3%, e em 2009, a queda foi ainda maior: 3,5%. A taxa de desemprego saltou de 4,9% da população economicamente ativa (PEA), em dezembro de 2007, para 10,2%, em dezembro de 2009. No entanto, a tão temida nova Grande Depressão não ocorreu. A economia voltou a crescer ainda nos meses finais de 2009. Em 2010, o crescimento do PIB foi de 3%. No ano de 2011, a taxa ficou em apenas 1,8%, e em 2012, o crescimento foi um pouco melhor: 2,2%.

Mesmo com o retorno do crescimento da economia dos últimos três anos (2010-2012), as coisas não voltaram totalmente ao normal nos Estados Unidos. A taxa de desemprego permaneceu alta e ainda permanece: em dezembro de 2009, ficou em 9,4% da PEA, e em outubro de 2011, estava em 9%. Em outubro de 2013, a taxa de desemprego ainda permanecia elevada para os padrões dos Estados Unidos: 7,3% da PEA. Parte desta redução do desemprego deveu-se ao desalento: trabalhadores sem esperança desistiram de procurar emprego, reduzindo a população economicamente ativa (PEA).

A economia norte-americana nas últimas três décadas vinha se vangloriando da virtude de suas baixas taxas de desemprego em relação aos países europeus. Atribuía-se esse resultado ao mercado de trabalho norte-americano e sua legislação flexível, em que contratar e demitir um trabalhador não representava um custo elevado para as empresas, quando comparados aos altos custos da Europa (fruto de seu sistema de bem-estar social). A lição que os Estados Unidos davam aos europeus era a seguinte: flexibilizem suas leis trabalhistas e seu alto desemprego diminuirá. Ou seja, “europeus, desistam de seu modelo de bem-estar social e sigam o modelo norte-americano”.

A crise financeira internacional de 2008/2009 demonstrou que tal flexibilidade do mercado de trabalho dos Estados Unidos não tem conseguido reduzir a taxa de desemprego do país para os padrões anteriores da crise, mesmo com o crescimento do PIB.

Em outubro de 2011, os Estados Unidos tinham 13,9 milhões de pessoas desempregadas. Deste total, 51% (7,1 milhões de desempregados) não recebiam mais o auxílio-desemprego, que durava 99 semanas. Além disso, 42%

dos desempregados já estavam sem emprego a mais de seis meses. Outro benefício social, o vale-comida (“food stamps”), atendia 45,8 milhões de pessoas. A situação dos trabalhadores norte-americanos, portanto, não estava boa. As coisas, porém, começaram a melhorar aos poucos, mas com grande dificuldade de retornar ao passado recente. O desalento, como dito anteriormente, é responsável em grande parte pela melhora nas taxas de desemprego, o que mascara a situação ruim do mercado de trabalho norte-americano.

Esta situação preocupante nos leva a seguinte pergunta: o que está acontecendo com o mercado de trabalho nos Estados Unidos? Para responder esta questão, temos que analisar o funcionamento da economia norte-americana nas últimas três décadas. Ali está o segredo de seu problema atual.

Em meados dos anos de 1970, o baixo crescimento da economia norte-americana conjugada com a alta inflação (advinda do primeiro choque do petróleo), fez decrescer a popularidade das políticas econômicas ditas keynesianas: de intervenção do Estado na economia, seja através de políticas monetárias e fiscais expansionistas, seja através da proteção ao seu mercado interno. Nesta época, começou a ganhar força as idéias monetaristas de Milton Friedman: política monetária restritiva, política fiscal baseada em superávits, e menor intervenção do Estado na economia. Tais políticas monetaristas foram adotadas conscientemente pelo governo de Ronald Regan, no início dos anos de 1980. Era o fim do keynesianismo e a supremacia do monetarismo, como doutrina econômica dominante. Não podemos esquecer, entretanto, que um novo monetarismo já estava em voga na época, os chamados novos-clássicos, representados por Robert Lucas e Thomas Sargent. Esta teoria econômica foi o “fundamento científico” das políticas denominadas “neoliberais” (BRESSER PEREIRA, 2011).

A política econômica neoliberal nos Estados Unidos veio acompanhada de uma nova revolução industrial, a da microeletrônica. Como ocorreu das outras vezes, um avanço tecnológico pode causar um aumento do desemprego, caso outros setores ou novos investimentos não absorvam os demitidos pela revolução tecnológica, como nos ensinou Ricardo e Marx. Os dois grandes economistas mostraram que o avanço tecnológico poupava trabalho e, portanto, podia ser prejudicial a classe trabalhadora ao causar alto desemprego. Porém, ambos os autores, acreditavam que novos investimentos poderiam absorver os demitidos pelo progresso técnico e gerar empregos para os jovens que entrassem na força de trabalho. Tudo iria depender da velocidade de cada uma destas forças: avanço tecnológico e novos investimentos. Também seria importante nesta equação o crescimento da população e a redução da jornada de trabalho.

Segundo Erik Brynjolfsson e Andrew McAfee, no livro “Race against the machine”, a lenta recuperação dos empregos nos Estados Unidos se devem aos avanços da tecnologia, poupadora de trabalho humano. Os dois professores do MIT acreditam que os avanços tecnológicos estão correndo em intervalos de tempo cada vez menores (BRYNJOLFSSON & MACAFEE, 2011).

Alem do avanço tecnológico, ocorreu neste período o fenômeno apelidado de globalização da economia. As transnacionais norte-americanas passaram a investir em outros países de mão-de-obra mais barata, principalmente a China. Esta desindustrialização dos Estados Unidos fez com que os empregos industriais minguassem em todo o país. Na última década, até os serviços passaram a ser realizados em outras nações, graças ao crescimento do setor de informação, que permite a transferência de dados entre países em frações de segundos. Os *calls centers* de empresas norte-americanas instaladas na Índia mostram isto.<sup>7</sup>

Com a perda de seus empregos industriais de qualidade, ao longo das últimas três décadas, parte dos trabalhadores norte-americanos foram empregados em trabalhos de pior qualidade, com baixos salários, principalmente no setor de serviços. Ou seja, a desindustrialização dos Estados Unidos precarizou o seu mercado

<sup>7</sup> O jornalista econômico, Vinicius Freire (da *Folha de S.Paulo*), conseguiu entender o que estava acontecendo: depois da “grande inflação” dos anos de 1970, vieram a “grande liberalização financeira” e também a “maciça transnacionalização da grande empresa”. Juntas, moldaram o mundo em que vivemos. O resultado foi as crises financeiras, a redução do poder governamental e a transferência de empregos do mundo rico para a Ásia e outros emergentes (FREIRE, 2011, p.B4).

de trabalho. Para manterem seu padrão de vida, os trabalhadores se endividaram, seja através de hipotecas, cartões de créditos, financiamentos ou empréstimos pessoais. A crise internacional mostrou aos trabalhadores que este tipo de consumo não poderia mais ser conservado. Teriam que consumir de acordo com sua renda, e mais: pagar o que deviam. Resultado, mais poupança (para pagar as dívidas do passado), menos consumo, menor produção e, portanto, menos emprego.<sup>8</sup>

Não é à toa, portanto, a afirmação do economista Nouriel Roubini de que, nos últimos anos, diminuiu nos Estados Unidos “(...) acentuadamente a participação da renda no trabalho no PIB” (ROUBINI, 2011, p.B10).<sup>9</sup> A transferência de parte dos salários dos trabalhadores (devido a precarização do mercado de trabalho) para os lucros das empresas derrubou a demanda agregada do país, que só se mantinha graças ao crédito farto. Com o “crédito exaurido”, a demanda agregada, enfim, se enfraqueceu, deixando ociosa a capacidade produtiva dos Estados Unidos: “Resultado: os mercados livres não geram suficiente demanda final” (Ibid.).

Em livro recentemente lançado nos Estados Unidos, intitulado “O preço da civilização” o professor da *Columbia University*, Jeffrey Sachs, não perdeu muito tempo com bobagens e foi logo no ponto: a sociedade norte-americana se tornou “áspera” sob o domínio irresponsável de *Wall Street* e outras grandes corporações (SACHS, 2011). Para ele, nos últimos trinta anos, os salários nos Estados Unidos tiveram uma violenta queda real e as condições de trabalho se deterioraram. Sachs enxerga o que temos visto à distância, ou seja, que as empresas norte-americanas transferiram suas linhas de produção para outros continentes, levando com elas empregos de melhor qualidade: as gigantes empresas norte-americanas tem mais da metade de sua força de trabalho no exterior. Segundo o editor-associado e colunista do *Financial Times*, John Gapper, “Embora seja racional para uma multinacional americana transferir produção ao exterior – e, com ela, empregos -, o efeito coletivo dessas decisões coloca em risco a sociedade do país – e o mercado interno do qual essas empresas dependem”(GAPPER, 2012, p.B11).

O papel da crise financeira de 2008/2009 foi escancarar o problema do capitalismo norte-americano. Nestas últimas décadas, o avanço tecnológico agiu no sentido de poupar trabalho. Já a globalização econômica tratou de levar para outros países o emprego industrial. A sociedade funcionou na base do crédito: só assim os trabalhadores norte-americanos com empregos precários conseguiam manter seu padrão de consumo. A crise derrubou o crédito e a vontade de consumir dos norte-americanos. Em resumo, além do avanço tecnológico, a crise de emprego por que passa os Estados Unidos é oriunda de sua desindustrialização, que levou para outros países os investimentos industriais e os empregos de qualidade. Ao investir produtivamente no exterior, as transnacionais dos Estados Unidos criam empregos nos outros países. Esta, portanto, é a origem da crise do emprego no país mais rico do mundo. O modelo de crescimento dos Estados Unidos mostra-se, assim, esgotado.

Mas os norte-americanos são rápidos. A solução para o problema do emprego já estava sendo colocada em prática no início da década de 2010. Tratava-se da chamada “reindustrialização” dos Estados Unidos, favorecida pela redução dos custos de energia elétrica, causado pela utilização do gás de xisto. Em livro publicado em meados de 2013, intitulado “Comeback: America’s new economic boom”, o ex-banqueiro Charles Morris afirmou, sem rodeios, que atualmente “em razão da oferta de energia barata, será possível conseguir a recuperação da manufatura para impulsionar a máquina de gerar empregos”, isto por causa gás de xisto (MORRIS, 2013, p.25).

Além disso, o protecionismo comercial estava de volta em todos os países, inclusive nos Estados Unidos. No pacote econômico norte-americano, votado entre janeiro e fevereiro de 2009 pelo Congresso, havia uma cláusula denominada *Buy American* (“Compre produtos americanos”). No esquecido capítulo 23 de sua *Teoria Geral*, Keynes

<sup>5</sup> Nas palavras de Almeida & Belluzzo (2011, p.34), “Nessas regiões [Estados Unidos e Europa], o socorro de liquidez empreendido pelos bancos centrais salvou as instituições financeiras do colapso, mas não teve forças – diante do elevado endividamento das famílias e da falta de apetite das empresas – para promover a recuperação dos fluxos de crédito e a expansão do gasto e da renda”.

<sup>6</sup> Para o jornalista de *CartaCapital*, António Costa, “Voltaram a ser verossímeis as previsões de Karl Marx sobre a autodestruição do capitalismo pela concentração excessiva de renda e riqueza, tão ridicularizadas no século XX” (COSTA, 2011b, p.59).

explicou que a proteção comercial era um instrumento capaz de aumentar o emprego interno, principalmente em ocasiões em que o desemprego estivesse em patamares elevados. Reconhecia, entretanto, que a proteção comercial era uma medida nacionalista (KEYNES, 1985). Também Alfred Marshall, economista inglês identificado com o liberalismo econômico, no livro “Industry and Trade” de 1919, defendeu a proteção comercial a indústria inglesa que já estava sendo dizimada pela concorrência internacional, reconhecendo ser ela o setor dinâmico da economia (MARSHALL, 1970). O ponto fundamental desta questão é o seguinte: enquanto o mundo estiver dividido em nações, cada qual com suas legislações, moedas e problemas, é impossível praticar o livre comércio internacional baseado nas vantagens comparativas de David Ricardo. Os Estados Unidos de hoje é um caso exemplar.

Desta forma, o alto desemprego dos Estados Unidos começou a se reduzir, em 2010, mediante a volta dos investimentos industriais e a um retorno ao protecionismo comercial (que nunca deixou de existir, mesmo nos Estados Unidos). Mesmo assim, a taxa de desemprego, para os seus padrões pré-crise, continua elevada em 2013.

## 5. A QUESTÃO DO DESEMPREGO ZERO

Outra solução para o desemprego é encarar o problema como uma questão de Estado. Assim, caso o trabalhador não encontre emprego na iniciativa privada, o Estado deveria providenciar uma ocupação temporária para este trabalhador. Como em momentos de crise econômica existe capacidade ociosa na economia, emissões monetárias para pagar os novos trabalhadores não causariam inflação. Para o editor da *The Economist*, Matthew Bishop, “O desemprego de longo prazo frequentemente se transforma em desemprego permanente, por isso os governos devem ter como meta manter as pessoas no trabalho, mesmo que isso às vezes signifique continuar a pagar benefícios enquanto eles trabalham” (BISHOP, 2011, p.54). O mesmo editor concorda com os estudos que indicam que os governos devem agir como um “empregador de última instância”, tanto para jovens como para qualquer pessoa que se encontra muito tempo sem trabalho (Ibid., p.52). Neste mesmo sentido, o professor do Instituto de Economia da UNICAMP, Luiz Gonzaga Belluzzo, não enxerga na iniciativa privada a meta de criar empregos, mas sim nos governos:

Juntando seus efeitos diretos e indiretos, foi o Estado que criou emprego no pós-guerra, tanto na Europa como nos Estados Unidos. Isso é inequívoco, os estudos da OCDE e qualquer estudo bem feito mostram. O setor privado não vai criar emprego, a não ser que tenha uma oferta ilimitada de mão-de-obra (...) Então devemos ter uma política de emprego, e é por isso que eu falo do desenvolvimento cultural. O governo brasileiro terá que criar emprego não só cultural, mas nas áreas ditas sociais, educação e saúde. Essa é a cara que vai assumir, no futuro, o emprego no mundo (BELLUZZO, 2011a, p.438).

Podemos completar o raciocínio de Bishop e Belluzzo dizendo que o Estado nacional não deveria deixar nenhuma pessoa que quer trabalhar sem emprego. Mas os salários deveriam ser menores do que na iniciativa privada, de forma que os trabalhadores tivessem motivação para encontrar empregos melhores na iniciativa privada. O que não se pode fazer no sistema capitalista em que vivemos é deixar uma pessoa sem emprego e sem renda. Cabe ao Estado assegurar emprego para quem quer trabalhar e lhes pagar um salário.

O problema que muitos analistas financeiros “inventam” é que o Estado não teria condições financeiras para pagar os salários de todos os trabalhadores desempregados. Na visão destes analistas, caso o governo emitisse moeda para financiar estes gastos adicionais, o resultado seria uma elevação geral do nível de preços (inflação).

Na verdade, tal afirmação é uma grande inverdade. Keynes demonstrou na *Teoria Geral*, capítulo 21 (A Teoria dos Preços), que um aumento na quantidade de moeda resultaria numa expansão da demanda efetiva (e, conseqüentemente, da elevação produção e do emprego), sem causar um grande surto inflacionário, caso a

economia estivesse com capacidade produtiva ociosa. Em suas palavras, “Enquanto houver desemprego, o emprego variará proporcionalmente à quantidade de moeda e, quando o pleno emprego é alcançado, os preços variarão proporcionalmente à quantidade de moeda” (KEYNES, 1985, p.205). Estes eram os casos extremos. Mas a regra geral, para Keynes, era que “o aumento da demanda efetiva traduz-se, em parte, pelo aumento do emprego e, em parte pela elevação do nível geral dos preços” (Ibid.). Ou seja, os preços “sobem progressivamente à medida que o emprego aumenta” (Ibid.). Quando o desemprego era muito elevado, um aumento na quantidade de moeda causaria um grande aumento do emprego e pouca inflação. E, ao contrário, quando o desemprego fosse baixo, um aumento na quantidade de moeda causaria pouco impacto no emprego, e uma grande elevação nos preços.

Na década de 1930, que Keynes vivenciava quando escreveu seu livro, o desemprego estava muito elevado. Assim, as emissões monetárias para a expansão dos gastos públicos nos Estados Unidos do presidente Franklin Roosevelt e da Alemanha do chanceler Adolf Hitler (formuladas por Hjalmar Schacht) tiveram pouco impacto na inflação, mas enorme resultado na redução do desemprego. A Alemanha, em particular, foi o país que obteve o melhor resultado na redução do desemprego.

Hjalmar Schacht, o famoso economista alemão, peça fundamental na estabilização da moeda alemã em 1923 e responsável direto pela saída da Alemanha da Grande Depressão dos anos de 1930, soube trabalhar muito bem a questão da moeda. Para financiar os projetos de obras públicas, Schacht, através de um sistema ilusório chamado *Saques Mefo*, simplesmente emitiu dinheiro, sem gerar inflação (SCHACHT, 1999). No final da Segunda Guerra, lançou o livro “Mais dinheiro, mais capital, mais trabalho” (SCHACHT, 1950). Explicava que o dinheiro não era capital, mas podia ser transformado em capital quando investido na produção. Seguindo a Teoria Quantitativa da Moeda, Schacht aceitava que “(...) o volume de dinheiro circulante deve guardar uma relação bem proporcional com o volume de bens” (Ibid., p.95). No entanto, o volume de dinheiro em circulação numa economia era variável, pois a produção de bens também era variável:

Um aumento na circulação monetária, simultâneo com o aumento da circulação de bens, de nenhum modo ocasiona fenômenos inflacionários (...) Constitui a finalidade de toda política monetária e bancária, desde o ponto de vista do Banco Emissor, manter o valor do dinheiro em relação ao valor dos bens, o mais uniforme possível e sem grandes oscilações. Um aumento da circulação monetária que se mantenha em consonância com o aumento das transações econômicas, não é de nenhum modo inflacionário, e é indistinto que no transcurso de um desenvolvimento aproximadamente correlativo, um ou outro fator dê o impulso inicial. Em princípio todo crédito é inflacionário, porque produz um movimento de forças de capital maiores que as existentes (SCHACHT, 1950, p.95/96).

Diante disso, Schacht acreditava que o impulso inicial dessa relação não pertencia apenas aos bens produzidos (quando aumenta a produção de bens aumenta a necessidade de dinheiro). Mas o contrário também era possível: um aumento na quantidade de dinheiro em circulação poderia elevar a quantidade de bens produzidos, sem efeitos inflacionários. Como exemplo, lembrou os *Saques Mefo* que financiaram as obras públicas na Alemanha e, entre 1933 e 1935, extinguiram o desemprego de 6,5 milhões de pessoas, sem criar inflação: “Não se produziu nenhum efeito inflacionário, porque o volume de bens cresceu rapidamente de forma tal, que ofereceu um equivalente ao incremento do volume monetário” (Ibid., p.97). Concluiu, então, que nem todo aumento de crédito ou dinheiro em circulação produz efeitos inflacionários: “Se a criação monetária desperta um repentino aumento de bens, então o aumento monetário se compensa com o aumento de bens” (Ibid., p.98/99).

Retomando a solução do problema de emprego dos Estados Unidos, o aumento do consumo dos trabalhadores contratados pelo Estado (mediante emissão monetária para pagar seu custo) motivaria o aumento da produção e do emprego no setor privado. Maior seria o seu efeito, quanto maior fosse a proteção ao mercado interno dos produtos oriundos do exterior.

O problema real que aflige uma sociedade é quando se tem dinheiro e não há mercadorias. Mas, na atualidade, o que está acontecendo é que existe mercadorias e capacidade de produção ociosa, e o que falta é dinheiro para

comprá-los. Estamos vivendo um momento de demanda efetiva insuficiente. Paul Krugman, Nobel de Economia, tem a mesma visão da atual realidade: “Ainda estamos em um mundo governado por uma demanda inadequada, muito sujeito ao paradoxo da frugalidade, em que a decisão das pessoas de poupar mais prejudica a economia” (KRUGMAN, 2013, p.64).

Para a jornalista e escritora canadense Naomi Klein, existe uma falsa inversão: os mercados financeiros parecem dizer que os recursos financeiros são finitos e os recursos naturais infinitos. Na verdade, o planeta tem limites reais, mas os recursos financeiros são infinitos, abundantes, suficientes para “construir a sociedade de que precisamos” (KLEIN, 2011, p.A16). Desta forma, o que mantém a existência do desemprego nas sociedades modernas não é nenhuma força natural, mas sim as forças sociais, dominadas pelos mais poderosos. O professor Belluzzo (2011b, p.25) não poupa nem as empresas da mídia nesta questão: “Até mesmo um idiota fundamental é capaz de perceber que na construção da crise atual a ‘impotência política’ tem origem na ocupação do Estado e de seus órgãos de regulação pelas tropas da finança e dos graúdos interesses, digamos, corporativos, aí incluídos aqueles das megaempresas de mídia”.

A redução do desemprego faria a roda da economia girar para a frente. O único empecilho real que poderia travar a roda da economia seria os limites físicos do planeta. Por enquanto, com capacidade ociosa de produção, os limites são apenas sociais, ou seja, os limites são impostos pelos próprios homens.

Quando o pleno emprego fosse alcançado (ou sua taxa natural), as políticas protecionistas poderiam ser flexibilizadas, permitindo maiores importações para complementar a oferta interna e aumentar a concorrência.

## 6. LIÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

No sistema capitalista em que vivemos, a maioria dos trabalhadores tem como única fonte de renda os seus salários. Mediante a venda de sua força de trabalho, os trabalhadores obtêm a renda necessária para sua sobrevivência. No entanto, como explicou Ricardo e Marx na seção 2 deste artigo, os avanços tecnológicos poupam mão-de-obra. Caso não surjam novos investimentos num prazo curto de tempo, estes trabalhadores podem viver um longo período sem emprego e, conseqüentemente, sem renda para consumir.<sup>10</sup>

Além de ser um mal para si próprio, um trabalhador sem emprego é um mal para a sociedade humana como um todo. Ele deixa de contribuir para o crescimento da produção dos bens e serviços que dão conforto e bem-estar a população. O experiente ex-ministro da Fazenda, Antonio Delfim Netto, escrevendo em meados de outubro de 2011, esclareceu como o desemprego é um desperdício de recursos: “De todos os desperdícios de recursos naturais de uma sociedade, nenhum é mais injusto, mais prejudicial à integração social e à autoestima do cidadão do que negar-lhe a oportunidade de viver honestamente e sustentar a família com o resultado do seu trabalho” (DELFIN NETTO, 2011a, p.31). Noutro texto, Delfim insiste na importância do trabalho e o desperdício que é o desemprego de uma pessoa apta ao trabalho:

O desemprego involuntário é o impedimento insuperável do cidadão de se incorporar à sociedade. Por motivos que independem de sua vontade, ele não pode sustentar honestamente a si e à sua família. O desemprego involuntário é o mal social global! Não importam filosofia ou ideologia. No estágio evolutivo da organização social que o homem continua procurando, para fazer florescer plenamente a sua humanidade, são a natureza e a qualidade do seu trabalho que o colocam na sua posição social e econômica, afetam sua situação física e emocional e determinam o nível de seu bem-estar (...) Quando se trata de entender o verdadeiro papel do trabalho, os economistas do *mainstream* saem muito mal na foto: tratam-no apenas como um fator de produção, sujeito às leis da oferta e da procura. Por definição, não há desemprego involuntário. Como disse um economista que viria a ser premiado com o Nobel, o desemprego em massa é apenas uma manifestação da “vagabundagem da classe trabalhadora”. Nesse tom, comovido, o velho Karl agradece o incentivo (DELFIN NETTO, 2011b, p.33).

<sup>7</sup> Keynes, numa conferência de 1930, previa que, em 2030, os trabalhadores só trabalhariam três horas por dia, em função dos avanços tecnológicos, poupadores do esforço humano (KEYNES, 1999).

O alto desemprego é desconfortável para os líderes políticos em todo o planeta. No seu Discurso de Abertura da 66ª Assembléia Geral da ONU, em 21 de setembro de 2011, a presidenta da República Dilma Rousseff mostrou a preocupação com o emprego no mundo:

Não é por falta de recursos financeiros que os líderes dos países desenvolvidos ainda não encontraram uma solução para a crise. É, permita-me dizer, por falta de recursos políticos e algumas vezes por clareza de idéias (...) O desafio colocado pela crise é substituir teorias por novas formulações para um mundo novo. Enquanto muitos governos se encolhem, a face mais amarga da crise, a do desemprego, se amplia. Já temos 205 milhões de desempregados no mundo: 44 milhões na Europa, 14 milhões nos Estados Unidos. É vital combater esta praga e impedir que se alastre para outras regiões do planeta (ROUSSEFF, 2011, p.1).

A principal lição para o Brasil da crise do emprego nos Estados Unidos é a desindustrialização. Não existe consenso se o Brasil já está vivendo um período de desindustrialização ou está prestes a viver. Algumas estatísticas, porém, reforçam esta ideia. Dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), mostravam a perda de participação da indústria manufatureira brasileira entre os países emergentes, entre 2000 e 2009. Em 2000, o Brasil detinha 7,99% da produção industrial entre os países emergentes; já em 2005, estava participação havia caído para 6,76%; e em 2009, reduzindo ainda mais: para 5,40%. Quando se excluía a China dos países emergentes, a participação do Brasil na indústria aumentava, evidentemente, seu percentual, no entanto, o recuo industrial ainda existia: em 2000, detinha 11,75% da produção industrial entre os emergentes; em 2005, caía para 11,14%, e em 2009, continuava a se reduzir, para 10,15% (UNIDO, 2011).

Se estes dados da ONUDI não provavam um processo de desindustrialização, pelo menos alertava que a indústria brasileira estava enfrentando dificuldades. Para Belluzzo (2011a, p.438), o Brasil já está “perdendo a indústria de calçados, a indústria de vestuário”, muito em função da valorização do real frente ao dólar. Para o respeitado empresário Paulo Cunha, presidente do grupo Ultra, a desindustrialização no Brasil “Foi muito forte. Pode ser revertida. Mas a reversão não é instantânea e não tem milagre à vista. A competitividade da indústria depende da competitividade do país (...) O principal problema é a taxa de juros, que puxou o câmbio. Tornou a indústria artificialmente não competitiva (...) É o populismo cambial que existe há vários governos” (CUNHA, 2011, p.B9).

Ou seja, na atualidade, o motivo que pode estar levando o país a se desindustrializar é a taxa de câmbio valorizada. O real valorizado em relação ao dólar norte-americano retira competitividade de nossas exportações industriais e aumenta a concorrência com os produtos importados (principalmente da China) em nosso mercado interno. Ou seja, a valorização da moeda nacional prejudica a produção industrial tanto nas vendas externas como nas vendas internas. E nunca é demais lembrar; a indústria de transformação ainda é o setor mais dinâmico da economia.<sup>11</sup>

Observa Almeida & Belluzzo (2011, p.35), que, desde o segundo trimestre de 2011, os investimentos industriais declinaram fortemente, em razão do deslocamento da demanda de bens nacionais para bens importados. Segundo os autores, “A persistente valorização cambial e a fragilidade dos mecanismos de defesa comercial aliaram-se à agressividade de nossos parceiros comerciais – a China, em particular (...)”.

A presidenta Dilma Rousseff, economista profissional, sabe como ninguém que a indústria brasileira de transformação vem sofrendo com o câmbio valorizado. No dia 2 de agosto de 2011, o governo brasileiro lançou uma nova política industrial para o país, intitulada “Brasil Maior”. A maior parte das 35 medidas anunciadas visavam os setores industriais mais fragilizados pela valorização da moeda nacional frente ao dólar norte-americano. As medidas previam uma desoneração tributária de cerca de US\$ 24,5 bilhões, entre 2011 e 2012. Uma das principais medidas seria a desoneração da folha de pagamentos de quatro setores mais afetados pela concorrência externa: calçados, confecções, móveis e softwares. Guido Mantega, ministro da Fazenda, dividiu o plano em três eixos: a) estímulos

<sup>8</sup> Segundo Almeida & Belluzzo (2011, p.35), “Longe de representar um fato isolado, a forte retração do ritmo da atividade industrial brasileira [em 2011] contamina os demais setores da economia, mediante a redução das compras intermediárias originadas da indústria, a queda do emprego e do investimentos industrial”. Para o ex-presidente do BNDES, Carlos Lessa, a indústria tem um papel central no desenvolvimento nacional (LESSA, 2011, p.360).

à produção, investimento e inovação; b) defesa da indústria e do mercado interno; c) incentivos às exportações e proteção comercial. A classe empresarial aprovou as medidas.

Já no dia 15 de setembro de 2011, Guido Mantega, anunciou a elevação do imposto de produtos industrializados (IPI) em 30 pontos percentuais para automóveis que não tenham no mínimo 65% de conteúdo nacional. Tal medida, chamada de “Inovar-Auto”, buscava frear a elevação das importações de veículos, principalmente da Ásia, que tinham crescido muito em 2011, roubando mercado das empresas localizadas no Brasil. Mantega explicou que a medida visava proteger a indústria nacional e os empregos do setor. Enquanto a indústria nacional comemorou a medida, as empresas importadoras criticaram a medida. Nos meios de comunicação, acusações de protecionismo rechearam os noticiais e os editoriais de muitos jornais. O fato concreto é que oito montadoras estão construindo fábricas no Brasil, em 2013, por causa do Inovar-Auto, e duas outras já entraram em operação.

Em entrevista de 13 de outubro de 2011, o ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, afirmou que uma taxa de câmbio que evitaria uma desindustrialização do Brasil seria de R\$ 2,30 por dólar. Para ele, esta seria a taxa de câmbio de equilíbrio industrial “(...) que reverteria a desindustrialização e tornaria internacionalmente competitivas empresas que fossem competentes tecnológica ou administrativamente” (BRESSER PEREIRA, 2011, p.3). Já em 2013, Bresser-Pereira reviu seus cálculos e cravou o valor de R\$ 2,80 para a taxa de câmbio de equilíbrio industrial. (Em dezembro de 2013, a taxa de câmbio estava em R\$ 2,30).

Para atingir e manter um dólar cotado em torno de R\$ 2,80 seria necessário uma mudança no sistema cambial do país; abandonar o câmbio flutuante (adotado em janeiro de 1999) e voltar ao câmbio administrado (que vigorou até aquela mesma data). Esta mudança traria muita confusão no mercado, mas resolveria nosso problema de desindustrialização.

Porém, tal mudança do regime cambial, contrariaria muitos interesses. O setor financeiro brasileiro não causou uma crise econômica como a que ocorreu nos Estados Unidos, no entanto, seus interesses específicos como câmbio flutuante e juros altos minam o desenvolvimento industrial brasileiro. Mark Weisbrot, codiretor do Centro de Pesquisas Econômicas e Políticas, em Washington, identificou perfeitamente estes interesses na economia do Brasil: “Assim como *Wall Street* contribuiu maciçamente para a crise financeira e para a Grande Recessão nos EUA, o setor financeiro brasileiro luta com êxito demais por políticas que sufoquem o desenvolvimento industrial do país para promover seus interesses próprios” (WEISBROT, 2011, p.A3).

O Brasil atualmente não passa por uma crise de emprego como vive os Estados Unidos. Não é necessário que o Estado nacional contrate trabalhadores desempregados, embora todo trabalhador desempregado deveria ter um seguro-desemprego até encontrar um trabalho novamente. Hoje, isto é mais ou menos assegurado com o Bolsa-Família. A prioridade atual deveria focar em reverter o processo de desindustrialização, que tanto mal causou na economia norte-americana.

## 7 CONCLUSÃO

Neste início do século XXI, o desemprego ainda é um dos principais problemas do capitalismo. David Ricardo e Karl Marx estudaram os casos do século XIX, e verificaram que o avanço tecnológico caso não fosse acompanhado por novos investimentos poderia redundar em alto desemprego. Keynes, por sua vez, tratou do caso do desemprego durante a Grande Depressão do século XX, e constatou que o volume de emprego depende do volume da produção, e a produção depende da demanda efetiva.

Tais ensinamentos demonstram que os governos devem intervir no funcionamento da economia procurando preservar o crescimento de sua produção de bens e serviços, garantindo o volume de emprego e renda adequado ao conforto de sua população.

O mundo dividido em nações não permite a aplicação do conceito de livre comércio internacional enfatizado por Ricardo. Os ensinamentos da experiência norte-americana permitem dizer o seguinte para o Brasil: não caia na falácia do livre comércio e, desta forma, não abra seus mercados indiscriminadamente aos produtos importados. Perderá produção, empregos e rendas.

Assim, o Brasil não pode descuidar de proteger seu mercado interno das mercadorias importadas, principalmente quando estas destroem fábricas locais e seus empregos. A concorrência é sempre bom para manter a inflação baixa, mas pior que a inflação é o desemprego.

O caso dos Estados Unidos é, desta forma, particularmente exemplar para o Brasil. Ao permitir um avanço do processo de desindustrialização em seu mercado interno, e sabendo que a indústria de transformação é o setor produtivo mais dinâmico da economia, o mercado de trabalho dos Estados Unidos foi precarizado e sua criação de empregos limitada.

O governo brasileiro mediante o exemplo do caso dos Estados Unidos não deve permitir o avanço do processo de desindustrialização do país. Medidas de incentivo a produção foram tomadas em 2011, mas o principal problema da industrialização brasileira é a taxa de câmbio apreciada, que rouba competitividade da indústria nacional tanto no mercado externo como no mercado interno.

A saída de tal problema é mediante uma mudança no regime cambial do país. A taxa de câmbio não é banana para ser regulada pela oferta e pela demanda. O atual câmbio flexível deveria dar lugar a um regime de câmbio administrado, que preservasse a competitividade da indústria brasileira e protegesse a produção nacional. Nunca devemos esquecer que a industrialização brasileira, ao longo do século XX, foi um projeto nacional.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlio Gomes; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Novos tempos, nova postura. **CartaCapital**, São Paulo, ano XVII, n.672, 16 nov. 2011, p.34/35.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Entrevista. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v.6, n.9, p.420-441, jul-dez, 2011(c).

\_\_\_\_\_. Os embalos da opinião econômica. **CartaCapital**, São Paulo, ano XVII, n.670, 2 nov. 2011(d), p.25.

BISHOP, Matthew. O grande descompasso. **CartaCapital**, São Paulo, ano XVII, n.667, 12 out. 2011, p.39/54.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. O BC é um banco do governo e tem que fazer política do governo. In: **Carta Maior**, 2 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/templates/materialImprimir.cfm>>. Acesso em: 6 nov. 2011.

BRYNJOLFSSON, Erik; MACAFEE, Andrew. **Race against the machine: how the digital revolution is accelerating innovation, driving productivity, and irreversibly transforming employment and the economy**, Lexington (Massachusetts): Digital Frontier Press, 2011.

CARTACAPITAL. **O continente dos pepinos**. São Paulo, n.650, 15 jun. 2011, p.16

COSTA, Antonio Luiz. Y ahora, José. **CartaCapital**, São Paulo, ano XVII, n.648, 1 jun. 2011, p.48/50.

\_\_\_\_\_. Os 99 batem na porta do 1. **CartaCapital**, São Paulo, ano XVII, n.667, 12 out. 2011a, p 56/59.

CUNHA, Paulo. Entrevista. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 27 nov. 2011, p.B9.

DELFIM NETTO, Antônio. É o emprego, cara (...). **CartaCapital**, São Paulo, ano XVII, n.667, 12 out. 2011(b), p.31.

\_\_\_\_\_. Mal social globalizado. **CartaCapital**, São Paulo, ano XVII, n.669, 26 out. 2011(c), p.33.

DILLARD, D. **A teoria econômica de John Maynard Keynes: teoria de uma economia monetária**. São Paulo: Pioneira Editora, 1989.

FREIRE, Vinicius Torres. Indignados e desanimados. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 out. 2011, p.B4.

GAPPER, John. As empresas devem ajudar os EUA. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 mar. 2012, p.B11.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. Perspectivas econômicas para nossos netos. In: DE MAIS, Domenico. **Desenvolvimento sem trabalho**. São Paulo: Ed. Esfera, 1999.

KLEIN, Naomi. “Ocupe Wall Street” é diferente dos protestos da década de 90. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 16 out. 2011, p.A16.

KRUGMAN, Paul. O lado B da austeridade. **CartaCapital**, São Paulo, n.774, 13 nov. 2013, p.64.

LESSA, Carlos. Entrevista. **CartaCapital**, São Paulo, ano XVII, n.675, 7 dez. 2011, p.36.

MARSHALL, Alfred. **Industry and trade: a study of industrial technique and business organization**. New York, Kelley, 1970.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

MORRIS, Charles R. **Comeback: America's new economic boom**. New York: PublicAffairs, 2013.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. **Notas aos princípios de economia política de Malthus**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ROUBINI, Nouriel. A instabilidade da desigualdade. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 16 out. 2011, p.B10.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso de Abertura da 66ª. Assembléia Geral das Nações Unidas**. Nova York: 21 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5362195-EI7896,00-Leia+a+integra+do+discurso+de+Dilma+na+Assembleia+da+ONU.html>>. Acesso em: 17 Nov. 2011.

SACHS, Jeffrey. **The price of civilization: reawakening american virtue and prosperity**. New York: Random House, 2011.

SCHACHT, Hjalmar. **Mas dinero, mas capital, mas trabajo**. Buenos Aires: Selecccion Contable, 1950.

\_\_\_\_\_. **Setenta e seis anos de minha vida**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

SRAFFA, Piero. Introdução. In: RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION (UNIDO). **Industrial Statistics**. Disponível em: <<http://www.unido.org/index.php?id=1001472>>. Acesso em 18 Nov 2011.

WEISBROT, Mark. Longo caminho a percorrer. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 12 jun. 2011, p.A3.